

A crise estrutural segundo Mészáros: notas críticas*

EURELINO COELHO **

Robert Brenner lembra, com humor, que os “marxistas têm fama de prever com exatidão todas as crises econômicas internacionais, menos a última”¹. O debate entre marxistas sobre a possibilidade de uma crise final do capitalismo (a teoria do colapso, ou *Zusammenbruchstheorie*) foi muito intenso desde os primeiros anos da Segunda Internacional e atravessou o século XX, embora perdesse muito do seu fôlego inicial no período posterior à Segunda Guerra Mundial². Nas últimas décadas do século XX, no entanto, as crises econômicas capitalistas recrudesceram e,

com elas, abriu-se um cenário favorável ao aparecimento de variantes da teoria do colapso.

Este texto desenvolve algumas questões sobre uma dessas variantes, a do filósofo marxista húngaro István Mészáros que, em sua *opus magna*³, produziu um estudo extenso e sofisticado sobre o que ele denomina a *crise estrutural da ordem sócio-metabólica do capital*. Após uma breve sinopse das teses centrais desenvolvidas por aquele autor, apresentarei algumas considerações críticas sobre a sua teoria da crise estrutu-

* Este texto é uma versão ligeiramente modificada da comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), Londrina, julho de 2005.

** Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia.

¹ Robert Brenner. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?” *Outubro*, São Paulo, 3, 1999, p. 7.

² Os termos do debate entre os marxistas da época da Segunda Internacional sobre os temas combinados da acumulação de capital e das crises cíclicas foram bem analisados em 1968 por Roman Rosdolsky. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*. 6ª ed., Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1989. Mais recentemente, no Brasil, apareceu o consistente trabalho de Jorge Grespan (*O Negativo do Capital*. São Paulo, Hucitec, 1999), que discute a crise como momento interno do próprio capital.

³ István Mészáros. *Para Além do Capital*. Campinas, Edunicamp – São Paulo, Boitempo, 2002.

ral como interpretação histórica da crise contemporânea. O objetivo maior de Mézáros em seu livro, cujo subtítulo é “Rumo a uma teoria da transição”, é da maior relevância para o marxismo contemporâneo. Mesmo a sua procura por uma teoria marxista da transição, no entanto, é afetada por implicações teóricas da sua noção de crise estrutural.

Mézáros qualifica assim o período histórico atual, em que a ordem sociometabólica do capital estaria se defrontando com os seus limites absolutos. Diferentemente de momentos anteriores, em que havia e foram aproveitadas as possibilidades de deslocamento das contradições estruturais do capital, no presente (a partir dos anos 70) o desenvolvimento da reprodução sociometabólica do capital teria alcançado “seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalente mude para um modo qualitativamente diferente”⁴. O conceito de crise estrutural, segundo ele, refere-se a uma condição que “afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Por isso mesmo ela “põe em questão a própria existência do complexo global en-

volvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo”. “Uma crise estrutural”, reitera o autor, “não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global”⁵.

Mézáros adverte contra o perigo de associar a noção de crise estrutural às “expectativas do dia do juízo final que jamais se materializará necessariamente”⁶. O significado da crise seria “mais modesto”: ela implicaria em que a “tripla dimensão interna da auto-expansão do capital [produção, consumo e circulação/distribuição/realização] exhibe perturbações cada vez maiores” ao mesmo tempo em que falha a “função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema”. Tão logo se perde a possibilidade de “cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente”, as contradições e disfunções do sistema “tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições*”⁷. A crise não é restrita à esfera sócio-econômica, mas afeta “toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral”⁸.

⁴ István Mézáros. *Para Além do Capital*. Op. cit., p. 216.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 797. Grifos dele.

⁶ Id., *ibidem*, p. 799.

⁷ Id., *ibidem*, p. 799-800. Grifos dele.

⁸ Id., *ibidem*, p. 800. Grifos dele.

As determinações históricas da crise estrutural precisariam ser buscada no processo denominado por Mézáros de “ativação dos limites absolutos do capital”. O autor traça uma relação precisa entre o desencadeamento deste processo e a necessidade de superação histórica da ordem do capital:

(...) como a ativação dos limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico⁹.

Seriam quatro os eixos em que se aglutinaram as grandes contradições que estariam precipitando a ativação dos limites absolutos do capital: 1) a contradição entre a expansão transnacional do capital e os Estados nacionais; 2) a eliminação das condições naturais da reprodução sociometabólica; 3) a impossibilidade de atender à irreprimível demanda por igualdade substantiva, aportada pelo movimento de mulheres; 4) o desemprego crônico. O autor desdobra e analisa pacientemente cada um destes eixos, mas aqui é possível somente um resumo.

O primeiro bloco de contradições liga-se à impossibilidade de constituição de um governo mundial do capital

que substitua o sistema mundial de Estados. A “estrutura totalizadora de comando político” existente em cada Estado nacional entrou em dissonância com as estruturas de reprodução material do capital global. No entanto, esperar que o Estado do sistema do capital adquira a “capacidade de reunir e ‘conciliar’ debaixo de si mesmo as contradições dos Estados nacionais num ‘governo mundial’ ou numa ‘liga das nações’ kantiana é pedir o impossível”. Cada Estado “soberano” somente pode existir como determinação duplamente negativa: como expressão da dominação do capital sobre o trabalho e da luta entre os diversos capitais individuais em seu próprio território e como opositor real ou virtual dos outros Estados no sistema mundial. Não podem, por isso, constituir-se em elementos positivos, passíveis de ser combinados na formação do meta-Estado do capital. Os limites absolutos do sistema são ativados sempre que “antagonismos cada vez mais sérios dos intercâmbios globais materiais e políticos exigem soluções verdadeiramente positivas, mas o modo profundamente arraigado de controle sociometabólico do capital é estruturalmente incapaz de oferecê-las”¹⁰.

A questão da destruição das condições naturais da reprodução sociometabólica, por sua vez, está atrelada ao caráter irremediavelmente incontrolável da propensão do capital à acumulação.

⁹ Id., *ibid.*, p. 217.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 245.

Mészáros procura demonstrar que as unidades de reprodução do capital (empresas) estão obrigadas a considerar todos os obstáculos externos como barreiras a serem transpostas: “a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital”¹¹. É por isso que a racionalidade do capital, necessariamente parcial, “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da *restrição racional* e correspondente *controle racional* dos recursos humanos e materiais globais”¹². Esperar do progresso do conhecimento científico uma solução adequada seria ilusório, posto que a “ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção”¹³. A idéia de *destruição produtiva*, empregada pelos apologetas do capital, perdeu toda a credibilidade uma vez que o

fator *destrutivo* dos ‘custos totais da produção’ – a ser enfrentado dentro de limites progressivamente restritivos – torna-se cada vez mais *desproporcional* e em última análise *proibitivo*. Historicamente passamos da prática de *destruição produtiva* da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produ-

ção destrutiva cada vez maior e mais irremediável¹⁴.

O planejamento racional e abrangente de todos os recursos naturais e humanos é uma tarefa para a qual o capital é absolutamente incapaz, e exige uma “maneira radicalmente diferente de regular, pelos próprios indivíduos, o intercâmbio social entre os indivíduos, o que, pela primeira vez, permitirá um planejamento verdadeiro”¹⁵.

Incapacidade semelhante revela o capital frente à reivindicação de igualdade substantiva que está na base da luta pela emancipação feminina. A “causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira”, e não pode, portanto, se contentar com a igualdade puramente formal dos sistemas jurídicos liberais. Esta igualdade, porém, não pode ser obtida no microcosmos da vida privada e familiar se permanecer intacto, no macrocosmo da reprodução sociometabólica, o sistema hierárquico e desigual do capital pois, neste caso, a “família estaria em direta contradição ao *ethos* e às exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e reprodução social do capital”¹⁶. É por isso

¹¹ Id., *ibid.*, p. 253.

¹² Id., *ibid.*, p. 258, grifos dele.

¹³ Id., *ibid.*, p. 265.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 267.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 267.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 271, grifos dele.

que a “causa da emancipação das mulheres tende a permanecer não-integrável e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela”¹⁷.

O desemprego crítico é o último pólo de contradições ativadoras dos limites absolutos examinado por Mészáros. O aumento do desemprego crônico nos países capitalistas centrais representa um perigo sério para o sistema como um todo e contraria a expectativa de que o “desemprego maciço fosse algo que só afetasse as áreas mais ‘atrasadas’ e ‘subdesenvolvidas’ do planeta”. Como uma “grande ironia da história”, o impulso para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo manifesta-se como “uma tendência devastadora da humanidade que transforma por toda parte a população trabalhadora numa *força de trabalho crescentemente supérflua*”¹⁸. Além de comprometer o sistema pela redução do poder de compra, que pode bloquear a realização dos lucros, o desemprego acrescenta “dinamite social” ao cenário contemporâneo, minando a estabilidade política e social mesmo nos países centrais.

Mészáros atribui grande importância à questão da crise estrutural e dos limites absolutos. O projeto socialista

marxista, para se realizar, sempre dependeu não apenas de sua validade teórica, mas sobretudo da confirmação de que “as aspirações nele contidas correspondessem às necessidades reais das pessoas”. Ora, precisamente esta condição teria estado ausente até muito recentemente: “*No momento de sua concepção, a teoria marxista lutou como pôde para se realizar, mas a própria realidade se recusou a lutar ao seu lado, da maneira esperada e estipulada por seu autor*”. Agora se dá o contrário, segundo Mészáros: a realidade “está começando a se movimentar em direção ao pensamento”, mas, lamentavelmente, o pensamento socialista “se recusa a caminhar na direção da realidade e ‘lutar por sua própria realização’”¹⁹. Demonstrar que a realidade está, finalmente, indo ao encontro do pensamento marxista é o que ele pretende com a sua teoria da crise estrutural com ativação dos limites absolutos. Corrigir o pensamento socialista, que se recusa – e logo agora! – a encontrar-se com a realidade, é o seu objetivo maior, como intelectual marxista. O raciocínio é engenhoso, mas exige um artifício para que funcione: é necessário excluir (ou, no mínimo, depreciar) a história concreta da luta de classes e dos combates pelo socialismo no século XX.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 272.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 341.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 218, grifos dele. A noção do encontro/desencontro entre realidade e pensamento é uma referência de Mészáros ao texto de Marx “Introdução à Contribuição à Crítica do Direito de Hegel”.

É preciso dar razão a Mészáros quanto à imaturidade, no tempo de Marx, das “condições objetivas para se imaginar a mera possibilidade de uma ofensiva hegemônica” do movimento socialista, que nem mesmo dispunha de força e organização suficiente para tal²⁰. Era uma época em que o capitalismo encontrava-se ainda em ascensão por toda parte, exceto no “cantinho do mundo” (Marx) em que ele já se desenvolvera com maior plenitude (Europa ocidental e EUA). Entre o tempo de Marx e o nosso, contudo, houve o século XX., do imperialismo, das guerras mundiais e das revoluções socialistas. Para Mészáros, a crise estrutural esteve ausente em todo este período, o que explicaria a extraordinária capacidade revelada pelo capital de deslocar suas contradições sem sucumbir a elas. A situação teria se alterado somente com a ativação dos limites absolutos do capital, em décadas mais recentes.

Acontece que a análise de Mészáros sobre este período histórico está inteiramente enviesada pela sua decisão de eleger a trajetória de Lukács diante da experiência soviética como referência exclusiva²¹. Por mais representativa e exemplar que possa ser a trajetória do grande filósofo húngaro, e por maior e mais deletéria que tenha sido a influência da falácia do “socialismo num só país” sobre amplas parcelas do movimento socialista, a

história da luta de classes não é redutível a tais parâmetros. E a história da luta de classes é o verdadeiro palco da luta pelo socialismo. Seria possível admitir a “imaturidade das condições objetivas” num século em que a revolução socialista foi posta efetivamente na ordem do dia em tantos países e em décadas tão diferentes? Não apenas os casos de revolução vitoriosa, como Rússia, China ou Cuba, mas os poderosos movimentos revolucionários socialistas que foram derrotados ou que refluíram de algum modo (Alemanha, Espanha, Hungria, Portugal, Chile, Nicarágua...) atestam a ronda do espectro da revolução em vários continentes ao longo do século.

Mészáros argumenta, com razão, que a derrota final de quase todas estas experiências, com destaque para a URSS, seria prova de que não basta levar a cabo uma revolução política para assegurar a superação da ordem do capital. O que é excessivo é concluir, em seqüência, que estas derrotas comprovam a inexistência de condições objetivas para a construção do socialismo. O que derrotou, em última instância, a revolução soviética foi, como ele próprio admite, a inexistência da revolução na Europa ocidental. Ora, mas a derrota da revolução socialista na Alemanha não pode ser pensada como efeito de um puro “fator objetivo”, no sentido empregado por Mészáros. Aquele foi um processo histórico em que fatores “subjetivos” – notada-

²⁰ Mészáros, cit. p. 792.

²¹ Cf. os capítulos 6 a 10, da Parte II do livro, intitulada *Legado Histórico da Crítica Socialista 1: O Desafio das Mediações Materiais e Institucionais na Esfera de Influência da Revolução Russa*.

mente a direção política do movimento operário, hegemônica pelo partido social-democrata – desempenharam um papel central.

Seguindo uma tradição que não é estranha a alguns marxistas, Mészáros concebe em perspectiva não-dialética a “objetividade” das tais “condições objetivas”, que perdem assim seu caráter humano e histórico:

Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada *espontânea* para uma solução radicalmente diferente. (...) É o caráter objetivo das novas condições históricas que por fim decide a questão, não importando quais sejam os atrasos e desvios que possam acompanhar as circunstâncias dadas. A verdade é que existe um *limite* além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos e *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante. Nesse sentido, e em nenhum outro, a atualidade histórica da ofensiva socialista – entendida como sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual – está destinada a impor-se a longo prazo, tanto na forma

exigida da consciência social como em sua mediação estratégico-instrumental, mesmo que não possam existir garantias contra outras derrotas e decepções num curto prazo.²²

De fato é possível referir-se aos limites absolutos do capital num sentido muito preciso, a saber, como definição das condições de possibilidade do próprio capital. Por esta perspectiva, a produção da igualdade social substantiva ou o planejamento racional e democrático do uso dos recursos naturais e humanos são exigências que apontam, efetivamente, para além do capital, vez que supõem o desenvolvimento pleno de relações sociais que são contraditórias e incompatíveis com as relações capitalistas. Tais limites não são, porém, uma novidade histórica. A crise contemporânea não expressa a ativação inaugural destes limites, porque eles operam negativamente no interior do próprio capital. A crise apenas permite constatar o agravamento das contradições que estiveram em desenvolvimento ao longo do século do imperialismo. Aliás, se é possível falar em crise para nomear o período histórico atual do capitalismo isto se deve a outra ordem de determinações, não analisada por Mészáros, e que diz respeito às condições efetivas da reprodução ampliada de capital²³.

²² Id., *ibid.*, p. 787-8, grifos dele.

²³ Ver, por exemplo: Ruy Braga. *A Restauração do Capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1996. Abordei a questão no capítulo 7 da minha tese de doutorado: Eurelino Coelho. *Uma Esquerda Para o Capital*. Tese de Doutorado em His-

Por outro lado, a atualidade histórica da ofensiva socialista tampouco se determina pela crise estrutural, tal como Mészáros a compreende. A necessidade histórica de superação do capitalismo, nos termos em que foi formulada por Marx, esteve aberta no século XX. A crise atual repõe e atualiza esta necessidade, mas de modo nenhum a inaugura. O fato de que, apesar disso, as experiências de construção do socialismo tenham sido derrotadas precisa ser interpretado dialeticamente, como o desenrolar de uma luta de vida ou morte cujos resultados não podem mais ser assegurados previamente pelas “condições objetivas” (aquelas que “por fim decidem a questão”). Esta luta não

acabou e é preciso reconhecer que o risco de novas derrotas não é reduzido pela existência de uma crise estrutural.

A despeito da sua concepção de crise estrutural, o livro de Mészáros oferece importantes contribuições para o reencontro do pensamento socialista com a luta revolucionária – sobretudo por sua crítica devastadora do reformismo e das ilusões no parlamento e por sua denúncia da herança stalinista. Quanto ao objetivo de apontar para uma teoria da transição, a opção por ancorar a atualidade da ofensiva socialista na crise estrutural do capital prejudica a estrutura argumentativa e fragiliza o conjunto do texto que, sob vários outros aspectos, é brilhante.

tória. UFF, Niterói, 2005. O capítulo foi parcialmente reproduzido na comunicação “O Presente como História: subsídios para a periodização da crise contemporânea”. *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels* (cd). Campinas, Cemarx – Unicamp, 2005.

COELHO, Eurelino. A crise estrutural segundo Mézaros: notas críticas. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p.148-155.

Palavras-chave: Mézaros; Marxismo; Capitalismo; Crise.